

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES,  
REALIZADA NO DIA TRINTA DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE**

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, pelas dez horas, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1 – ORDEM DO DIA**

- a) Cumprimento do artigo 31-º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- b) Aprovação e votação da proposta de extinção da Associação “Castelo da Raia – Associação Cultural de Municípios”;
- c) Apreciação e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP);
- d) Aprovação das Opções do Plano e a proposta de Orçamento, ao abrigo do n.º1 alínea a) do artigo 25 da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro.

**2 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, e de seguida procedeu-se à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado a presença dos seguintes: José Severino Soares Miranda, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Tiago Miguel da Costa Vaz de Sousa, Carlos Manuel Andrade Costa, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, Adelino Maximiano Figueiredo, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Nélio Alexandre Ferreira Sequeira, Marcos André Lopes Paulo, Cristina Maria Campos Guerra, Tiago Rafael Pratas Andrade, Elsa Fortunato Cardoso Fulgêncio, Paulo Jorge da Costa Dinis, António Júlio Rebelo Oliveira, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Luís Soares Agostinho, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, António Eduardo Ribeiro da Silva, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Manuel José Almeida Paraíso e António Pires Fonseca.

Passou-se ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos, nomeadamente à alínea a) da Ordem do Dia: “Cumprimento do artigo 31º da Lei 75/2013, de 12 de setembro”.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que na Assembleia anterior ficou acordado verbalmente como iria funcionar a coordenação entre Câmara e Assembleia Municipal e, nessa medida, fica a aguardar que a Câmara Municipal se pronuncie, ou seja, o que foi acordado verbalmente terá de ser deliberado em reunião de Câmara uma vez que os recursos e o pessoal são afetados pela Câmara Municipal.

Relativamente ao orçamento municipal que cabe à Assembleia, mais uma vez a Assembleia não fez orçamento nenhum, mas não vão questionar esse assunto, dada a importância do orçamento em causa; futuramente não virá mais nenhum orçamento à Assembleia se não for acautelado o cumprimento do n.º3 do Art.º31.

Referiu também que a partir do dia 8 de janeiro, não haverá pessoal adstrito ao Núcleo de Apoio à Assembleia.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que estão a diligenciar no sentido de melhorar o relacionamento entre as duas instituições.

Relativamente ao orçamento foi enviado um ofício da Câmara e, posteriormente um mail, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal no sentido de este se pronunciar acerca desta matéria.

O Sr. Presidente da Assembleia confirmou que, em conjunto com uma série de esclarecimentos que tinha pedido ao Sr. Presidente da Câmara, na última alínea constava o ofício.

Passou-se de seguida à alínea b) da Ordem do Dia: “Aprovação e votação da proposta de extinção da Associação - Castelo da Raia – Associação Cultural de Municípios”.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que a Associação foi criada em 1998, não tinha qualquer tipo de função e, anualmente teria de ser entregue pelo Presidente da Associação, um relatório ao Tribunal de Contas; dada a ineficácia da mesma entendeu-se que esta deveria ser extinta.

Colocado o assunto a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Passou-se à alínea c) da Ordem do Dia: “Apreciação e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).”

O Sr. Presidente da Câmara referiu que de acordo com parecer da CCDRC, a taxa tem de ser fixada e, nos termos da lei, aprovada em Assembleia Municipal.

Colocado o assunto a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Passou-se de imediato à alínea d) da Ordem do Dia: “Aprovação das Opções do Plano e a proposta de Orçamento, ao abrigo do n.º1 alínea a) do artigo 25 da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro.”

O Sr. Presidente da Câmara referiu que o Orçamento foi aprovado em reunião de Câmara por maioria, com dois votos a favor e duas abstenções. Sendo a Câmara Municipal acedente ao FAM e, antes de ser apresentado à Assembleia Municipal para ser votado, o documento teve de ser remetido à Direção do FAM para se pronunciarem em relação ao mesmo, o que só aconteceu no dia 15 de dezembro.

O Sr. Presidente da Câmara pediu ao Sr. Presidente da Assembleia a realização de uma Assembleia Extraordinária para janeiro, uma vez que no início do mês será presente a Reunião de Câmara o PAM para deliberação e posterior aprovação em Assembleia Municipal; posteriormente será assinado o contrato entre a Câmara Municipal e a Direção do FAM no sentido de ser remetido ao Tribunal de Contas. O Orçamento reflete o que foi negociado com o FAM – há um aumento substancial da receita e da despesa, relacionado com o projeto do PAM, o qual permite a substituição da dívida da Câmara, junto das entidades bancárias.

O Sr. Presidente da Câmara informou que perto de 50% da dívida continuará a ser paga às entidades bancárias num prazo de 20 anos e a outra parte será paga ao FAM num prazo mais dilatado que poderá ir de 33 a 38 anos. Referiu ainda que é um documento estratégico, uma vez que nele já estão contemplados os passivos contingentes, ou seja, processos que se encontram em tribunal, tal como o diferendo com a antiga Direção das Águas do Zêzere e Côa.

Acrescentou que apesar de se prever que haja um encargo financeiro mensal ao serviço da dívida, este irá diminuir substancialmente possibilitando uma folga financeira para fazer face a outras situações.

Relativamente às despesas de capital, o Sr. Presidente da Câmara referiu que serão prioritárias as obras relacionadas com as questões

ambientais, nomeadamente as fossas que servem as populações do concelho e a questão do cemitério que se encontra já com problemas de sobrelotação.

Relativamente à regeneração urbana, o ARU terá de ser votado em reunião de Câmara e, posteriormente, em reunião de Assembleia para que no futuro se possam fazer candidaturas. Prevê-se ainda para este ano a realização de ARU'S para outras freguesias de modo a que, quando haja financiamento ao abrigo do programa 20/20, estas estejam aprovadas. A ARU de Fornos não envolveu qualquer custo para a Câmara uma vez que foi financiada pela Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela.

No que diz respeito às discrepâncias nas despesas de capital, quando foi elaborado o documento do FAM, não estavam ainda contemplados os pactos que eventualmente viriam a ser assinados ao abrigo do programa 20/20 e ainda não eram conhecidos os valores que a Comunidade das Beiras e Serra da Estrela iria contemplar no quadro comunitário de apoio; quando o orçamento foi elaborado tinham já uma noção acerca dessa matéria e daí haver uma disparidade relativamente a esta questão. Acrescentou que não sabe se será possível fazer alguma coisa relativamente ao que foi contratualizado com a Comunidade Intermunicipal, uma vez que depois de os pactos terem sido assinados, o governo entendeu que estes teriam de ser revistos. Ao que sabe, prevê-se uma diminuição nesse pacto para as comunidades da Zona Centro, uma vez que é prioridade do governo construir um eixo de estrada que ligue Nelas ou Viseu a Coimbra.

Referiu ainda que temos um rácio de dívida que vai diminuindo e ao aumentar o prazo de pagamento cria-se alguma folga financeira para satisfazer as necessidades básicas da população.

O deputado Manuel Gonçalves começou por elogiar o trabalho feito pelo executivo relativamente ao FAM, referindo que espera que este processo venha contribuir para que o concelho tenha esperança e haja possibilidade de investimento; há já referência a algum investimento, nomeadamente na reabilitação urbana e nas fossas que são um caso paradigmático que se arrasta há algum tempo e que tem de ser resolvido. Relativamente ao rácio de pessoal, o abatimento dos 2% foi por motivos trágicos, de futuro não sabe qual a possibilidade de a Câmara Municipal poder continuar a abater essa percentagem e, nessa medida, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que,

dentro das limitações que temos, faça o possível para que as pessoas possam continuar a fixar-se e a desenvolver a sua atividade no concelho.

Relativamente aos pactos, referiu que o Sr. Presidente da Câmara deverá ser exigente e objetivo para que não sejamos tratados com menos dignidade e para que haja um trabalho coerente; em relação à redução do pacto, referiu que se essa redução for pelo motivo enunciado, será muito importante para o concelho a construção de uma estrada que nos ligue a Coimbra.

A deputada Cristina Guerra desejou boas festas a todos os presentes. Cumprimentou os funcionários da Câmara Municipal pela apresentação do orçamento referindo que é mais exigente do que os anteriores; apesar de ter conhecimento que a Direção do FAM emitiu parecer tardiamente e não houve oportunidade de se proceder às devidas alterações ao documento, lamentou o facto de não terem sido acauteladas algumas situações, nomeadamente em relação às rubricas abertas com 1 euro, às rubricas vagas como “outros” e à falta de esclarecimento; num próximo orçamento terão de envidar esforços para que as rubricas sejam mais específicas de modo a terem noção do que estão a falar.

Seguidamente questionou o executivo quais os veículos que vão adquirir.

Congratulou-se com o investimento relativo às fossas das freguesias do concelho mas lamentou que a situação das fossas da C+S não tivesse sido contemplada no orçamento, referindo que se o requisito necessário para que isso aconteça é a questão ambiental disponibiliza-se para enviar uma carta ao Ministério do Ambiente, uma vez que estamos perante uma questão de saúde pública.

Referiu que a base tributável que nos sustenta está a diminuir uma vez que a população também está a diminuir e, nessa medida, precisamos de um investimento produtivo que nos dê retorno e não de um investimento de gestão.

Por fim referiu que irá votar contra o orçamento uma vez que não vai ao encontro das aspirações da população do concelho.

A deputada Maria João Castanheira alertou para o facto de os Presidentes de Junta não terem sido convocados para participar no Plano de

Atividades, lembrando o que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, que iria reunir com os Presidentes de Junta com frequência.

Relativamente à intervenção da deputada Maria João, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, efetivamente, não têm sido feitas reuniões com os Presidentes de Junta, mas tem havido uma estreita ligação no sentido de resolver os problemas das freguesias. Como é do conhecimento de todos, a Câmara não dispõe de funcionários suficientes para fazer face aos problemas de todas as freguesias, no entanto, reconheceu que terá de haver maior articulação com os Presidentes de Junta.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que relativamente à Zona Industrial de Juncais, está quase concluído um miniloteamento onde se criarão infraestruturas para que as pessoas possam investir; tendo em conta o orçamento da Câmara, não será possível, tal como tinha sido previsto pelo anterior executivo, criar um grande loteamento, nessa medida, entendeu-se fazer um miniloteamento junto à estrada e, mais tarde, avançar para outro terreno. Este trabalho está a ser desenvolvido pelo Arquiteto Oliveira, também responsável pela revisão do PDM.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que Fornos de Algodres e Seia foram os únicos concelhos a aprovar a revisão do PDM antes da alteração legislativa e que todos os concelhos que queiram fazer essa revisão terão de alterar tudo o que foi feito até à data.

Relativamente à questão do pacto com a Comunidade Intermunicipal, foi intransigente na defesa dos interesses da população; os concelhos mais pequenos adotaram a estratégia de não optar pelo FEF, na medida em que tem de haver discriminação positiva em relação aos meios mais desfavorecidos e que têm no Quadro 20/20 a oportunidade de fazer alguma coisa. Acrescentou que ao abrigo deste pacto, foram indicadas prioridades pelas Direções Regionais, nomeadamente em áreas como o Património Cultural e, nessa medida, foram beneficiados concelhos com maior património cultural como Belmonte, Trancoso, Guarda e Figueira de Castelo Rodrigo.

No que diz respeito à intervenção da deputada Cristina Guerra, nomeadamente em relação à questão das rubricas de 1 euro, o Sr. Presidente da Câmara referiu que são rubricas que eventualmente podem vir a ser utilizadas no futuro; se não houvesse rubricas dotadas de valor, estas só

seriam previsíveis com uma revisão orçamental aprovada em Assembleia Municipal. Relembrou que no passado, teve de ser votada em Assembleia Municipal uma alteração orçamental, uma vez que não havia uma rubrica aberta para pagar o subsídio de funeral do funcionário Carlos Ventura.

No que concerne à compra dos veículos, o Sr. Presidente da Câmara referiu que não irão comprar nenhum veículo para a presidência, estes serão veículos de trabalho, na medida em que se gasta mensalmente muito dinheiro com a reparação dos atuais.

Em relação às fossas da C+S, pediu uma audiência ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente, no sentido de arranjar uma solução para o problema que, tecnicamente, não é fácil de resolver; a única solução será bombear os detritos para a estrada nacional 16, mas é um investimento avultado dado o número de pessoas da comunidade estudantil.

O Sr. Presidente da Câmara referiu ainda que no dia 11 de janeiro irá reunir com a Sra. Ministra para tentar resolver a questão do Tribunal de Fornos de Algodres.

Referiu também que aceita naturalmente o voto de rejeição da deputada Cristina Guerra ao orçamento, mas tendo em conta o enquadramento em termos orçamentais, este foi o orçamento possível e realista.

A deputada Cristina Guerra usou da palavra para referir que nunca desmereceu o trabalho de ninguém e que o Sr. Presidente da Câmara conseguiu um duplo mérito: levar a revisão do PDM à Assembleia e conseguir a sua aprovação sem prestar esclarecimentos. Referiu também que ao questionar acerca dos veículos que vão adquirir, estava a referir-se à especificação das rubricas orçamentais e não fica bem ao Sr. Presidente da Câmara pensar que ela estava a insinuar que iria comprar um carro para seu uso pessoal.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que relativamente ao PDM, esteve em consulta pública durante um mês e, quem quisesse questioná-lo poderia tê-lo feito; foi um processo que envolveu muito trabalho e muito tempo e se não fosse aprovado em tempo útil, seria preciso começar tudo de novo.

Colocado o assunto a votação foi o mesmo aprovado por maioria com o voto contra da deputada Cristina Guerra e abstenções dos 6 elementos

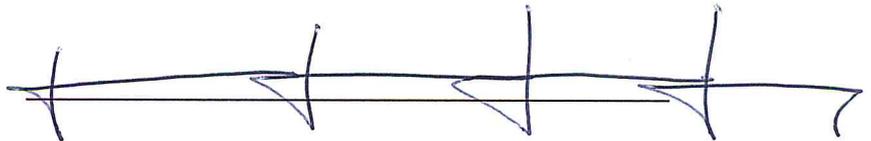
diretamente eleitos pelo PSD e Presidentes da Junta de Freguesia da Muxagata, União de Freguesias de Cortiçô e Vila Chã e Infias.

Sobre o período para a intervenção do público, a deputada Cristina Guerra referiu que não faz muito sentido este ponto numa sessão extraordinária e o deputado Carlos Costa opinou que se estiver relacionado com o assunto extraordinário, é pertinente a inclusão deste ponto.

Em virtude de não se ter verificado nenhuma inscrição para intervenção do público, o Sr. Presidente da Assembleia de imediato submeteu a votação, a aprovação em minuta das deliberações, tendo sido aceite e depois de lida foi aprovada por unanimidade e assinada pela Mesa.

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei.

O Presidente



O Primeiro Secretário



O Segundo Secretário

